

**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

**Pós-Graduação em  
Licitações Públicas  
e Contratos  
Administrativos**





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
Licitações Públicas e Contratos Administrativos .....	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo .....	7
Duração do curso .....	7
Matriz curricular .....	8
Conteúdo programático .....	10
FAQ do curso .....	16
Diferenciais tecnológicos .....	17
Ingresso .....	18

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

# CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD  
compostos por três  
módulos, liberados  
progressivamente a cada  
60 dias.

Avaliação feita por disciplina  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, *slides* e  
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.





# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Gustavo Scatolino Silva**  
Coordenador

Atualmente é procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-assessor de ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, para os cargos de analista judiciário do STJ, exercendo essa função durante cinco anos, e procurador do estado do Espírito Santo.

# LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



O curso vem a promover a devida curva de aprendizagem necessária ao amplo desenvolvimento de competências sobre uma das principais inovações mercadológicas e jurídicas públicas em passado recente.

## DESTAQUES DO CURSO

Desenvolver competências sobre licitações e contratos administrativos, à luz da Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021).

Identificar os artefatos de governança subjacentes à matéria de licitações e contratos administrativos.

Propiciar a correlação entre os diversos artefatos de governança presentes na Lei n. 14.133/2021 e os objetivos das contratações públicas.

Aclarar a relação causal que se estende entre o processo de contratação, em sentido estrito, e o desenvolvimento nacional sustentável.

Abordar as inovações trazidas pelo Portal Nacional de Contratações Públicas. Discorrer sobre o papel da assessoria jurídica e do controle interno/externo no processo de contratações.

Abordar a dinâmica da gestão de riscos, da gestão por competências e do estabelecimento de estrutura subjacente ao processo de contratações públicas.



## PÚBLICO-ALVO

Agentes públicos; pessoas físicas e jurídicas que almejam contratar com o setor público; acadêmicos e membros da sociedade civil.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Licitações Públicas e Contratos Administrativos tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
1	Direito Administrativo	37 h
2	Direito Constitucional	45 h
3	Ética e Probidade na Administração Pública: Lei n. 8.429/1992 e Lei n. 12.813/2013	8 h
4	Gestão Orçamentária e Financeira	48 h
5	Gestão Pública	13,5 h
6	Noções Gerais de Convênios e Contratos de Repasse	10 h
7	Administração Geral	5,5 h
8	Governança em Contratações Públicas	15 h
9	Plano de Contratações Anual	6 h
10	Fase Preparatória	16 h
11	Procedimentos Auxiliares	18 h
12	Gestão de Riscos e Integridade nas Contratações Públicas	5 h
13	Contratação de Inovação pela Administração Pública	6 h
14	A Fase Externa – Habilitação, Propostas, Lances e Julgamento	10 h
15	Contratação Direta	10 h
16	Fiscalização Contratual	15 h
17	Direito Administrativo Sancionador I	16 h
18	Direito Administrativo Sancionador II	10 h



19	O Papel do Controle no Processo de Contratações	10 h
20	O PNCP	5 h
21	Contratações de Obra e de TIC na Nova Lei de Licitações: Nuances Específicas	10 h
22	Controle Prévio de Legalidade (Assessoria Jurídica)	4 h
23	Novas Tecnologias em Direito Administrativo	6 h
24	Introdução à Função de Pregoeiro	10 h
25	Recursos Administrativos no Âmbito do Procedimento Licitatório	5 h
26	Impugnações Judiciais e Responsabilidade Civil em Procedimentos Licitatórios	11 h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>360 h/a</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40h/a</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>400 h/a</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	Introdução. Princípios. Poderes administrativos: poder hierárquico, normativo, de polícia. Organização administrativa. Atos administrativos. Responsabilidade civil do Estado. Bens públicos. Processo administrativo disciplinar. Intervenção do Estado na propriedade. Serviços públicos. Lei n. 9.784/1999. Controle administrativo.
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	Estrutura da Constituição. Princípios fundamentais. Teoria geral dos direitos fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Remédios constitucionais. Direitos sociais. Direitos da nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos. Organização do Estado. Repartição de competências. Teoria da Constituição. Controle de constitucionalidade.
<b>ÉTICA E PROIBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: LEI N. 8.429/1992 E LEI N. 12.813/2013</b>	Introdução. Improbidade administrativa e princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. Sujeitos ativo e passivo dos atos de improbidade administrativa. Lei de Improbidade Administrativa. Improbidade administrativa e prescrição. Improbidade e a posição do STF.
<b>GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>	Introdução. Conceitos básicos. Ciclo orçamentário. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Processo legislativo orçamentário. Créditos adicionais. Princípios orçamentários. Receita pública. Despesa pública.
<b>GESTÃO PÚBLICA</b>	Estado, governo e Administração Pública. Evolução dos modelos de gestão pública. Reformas administrativas, histórico e evolução da Administração Pública. Governança, governabilidade e accountability. Gestão de pessoas por competências na Administração Pública. Liderança no setor público. Ética no setor público. Governo eletrônico. Transparência no setor público. Controle da Administração Pública. Gestão da Administração Pública. Gestão de políticas públicas.

<b>NOÇÕES GERAIS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE</b>	Conceito e modalidades de parcerias e transferências. Conceito de convênio e contrato de repasse. Transferências especiais. Decreto n. 6.170/2007. Portaria Interministerial n. 424/2016. Plataforma +Brasil. O ciclo de vida das transferências. Boas práticas na confecção de propostas de trabalho. Cláusulas suspensivas. Deficiências na confecção de projetos básicos e termos de referência. Prestação de contas e análise parametrizada. IDTRU e ICTRU.
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	Processo decisório. Indicadores. Estrutura. Cultura e clima organizacional.
<b>GOVERNANÇA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS</b>	O conceito de governança transposto às contratações públicas (Teoria da Agência). Principais stakeholders das contratações públicas. Relação governança – desempenho. O modelo de governança. Principais variáveis independentes: plano de logística sustentável, plano de contratações anual, gestão de estoques, gestão por competências, diretrizes de gestão contratual, diretrizes de diálogo com o mercado, gestão de riscos, estrutura. Visão geral da Lei n. 14.133/2021 sob o prisma da governança. Principais falhas de governança em contratações públicas. Visão histórica da Lei n. 14.133/2021.
<b>PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL</b>	O Plano de Contratações Anual (PCA) na Nova Lei de Licitações. PCA e sua relação com o PLOA. A adequação do PCA à LOA. Alterações do PCA. Boas práticas na confecção do PCA. As competências dos requisitantes, das áreas técnicas e dos setores de licitação e contratação. Principais erros na gestão do PCA. A gestão de riscos na execução do PCA. Priorizações dentro do PCA. Decreto n. 10.947/2022.
<b>FASE PREPARATÓRIA</b>	O estudo técnico preliminar (ETP) na Nova Lei de Licitações. Elementos que compõem o ETP. Elementos obrigatórios. O Sistema ETP Digital. Consulta e audiência pública de estudos preliminares. Casos práticos. Oficina de confecção de ETP. A estimativa de preços na Nova Lei de Licitações. Estimativa de preços para a aquisição de bens e de serviços em geral. Instrução Normativa – SEGES n. 65, de 2021. Parâmetros passíveis de emprego. Boas práticas na coleta de dados. Cesta de preços. Tratamentos estatísticos. Estimativa de preços em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra (planilhas). Estimativa de preços para obras e serviços de engenharia. Custos unitários, BDI, encargos sociais. Justificativa de preços em dispensas e inexigibilidades de licitação. Termo de referência e projeto básico na Nova Lei de Licitações. Elementos que compõem o termo de referência/projeto básico. Consulta e audiência pública de termo de referência/projeto básico. Oficina de confecção dos documentos.

<p><b>PROCEDIMENTOS AUXILIARES</b></p>	<p>O estudo técnico preliminar (ETP) na Nova Lei de Licitações. Elementos que compõem o ETP. Elementos obrigatórios. O Sistema ETP Digital. Consulta e audiência pública de estudos preliminares. Casos práticos. Oficina de confecção de ETP. A estimativa de preços na Nova Lei de Licitações. Estimativa de preços para a aquisição de bens e de serviços em geral. Instrução Normativa – SEGES n. 65, de 2021. Parâmetros passíveis de emprego. Boas práticas na coleta de dados. Cesta de preços. Tratamentos estatísticos. Estimativa de preços em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra (planilhas). Estimativa de preços para obras e serviços de engenharia. Custos unitários, BDI, encargos sociais. Justificativa de preços em dispensas e inexigibilidades de licitação. Termo de referência e projeto básico na Nova Lei de Licitações. Elementos que compõem o termo de referência/projeto básico. Consulta e audiência pública de termo de referência/projeto básico. Oficina de confecção dos documentos.</p>
<p><b>GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS</b></p>	<p>O conceito de risco. Histórico da gestão de riscos. Principais organizações globais na temática de gestão de riscos e suas concepções. Etapas da gestão de riscos. O documento RCA do Tribunal de Contas da União. Plano de Gestão de Riscos do Metaprocessos de Contratações. Matriz de riscos como instrumento de gestão contratual (teoria da imprevisão, equilíbrio contratual). O conceito de integridade. Programas de integridade como exigência contratual. O prognóstico dos programas de integridade a partir da Nova Lei de Licitações.</p>
<p><b>CONTRATAÇÃO DE INOVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b></p>	<p>O conceito de contratação de inovação. A busca pela inovação no objeto e a assimetria de informação junto ao mercado. Audiência e consulta pública de documentos da fase preparatória. O diálogo competitivo. Procedimento de Manifestação de Interesse. Contratação integrada e semi-integrada. Julgamento pelo maior retorno econômico. O CPSI e o Marco Legal das Startups. Inovação e o paradigma da economia compartilhada. Estudos de caso.</p>
<p><b>A FASE EXTERNA – HABILITAÇÃO, PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO</b></p>	<p>A habilitação na Nova Lei de Licitações. Disposições gerais. Substituição ou apresentação de novos documentos para fins habilitatórios. Habilitação jurídica. Qualificação técnico-profissional: diferença entre atestado de responsabilidade técnica e anotação de responsabilidade técnica; registro de profissional em conselho competente; certidões e atestados; indicação de pessoal; prova de atendimento a requisitos previstos em lei especial; registro ou inscrição em entidade competente; desempenho anterior em consórcio. Habilitação fiscal, social e trabalhista. Habilitação econômico-financeira: balanço patrimonial; certidão negativa de feitos sobre falência. Inabilitação e fase recursal. Propostas e lances: critérios de julgamento na Nova Lei de Licitações. Modalidades licitatórias. Regimes de execução. Prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances. Modificações em edital e nova divulgação do instrumento convocatório. Modos de disputa. Lances intermediários. Reinício de disputa aberta. Intervalo mínimo de diferença entre lances. Garantia de proposta. Julgamento: desclassificação de propostas. Critérios de inexecutabilidade. Situações de empate e critérios de desempate. Empate ficto. Negociação de condições mais vantajosas. Desclassificação e fase recursal.</p>

<b>CONTRATAÇÃO DIRETA</b>	Licitação dispensável na Nova Lei de Licitações. Dispensa por valor e o sistema de dispensa eletrônico. Controle de fracionamento de despesas. Inexigibilidade de licitação na Nova Lei de Licitações: inexigibilidade para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual; contratação de artistas; pronto pagamento na Nova Lei de Licitações.
<b>FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</b>	Fiscalização contratual à luz da Nova Lei de Licitações: assinatura do contrato; cláusulas necessárias; divulgação no PNCP; substituição do termo de contrato por outro instrumento equivalente; garantias contratuais; alocação de riscos; reajuste, revisão, reequilíbrio, repactuação; teoria da imprevisibilidade; alterações unilaterais e consensuais; prerrogativas da Administração e cláusulas exorbitantes; duração dos contratos; designação do fiscal de contrato e requisitos necessários; responsabilizações; especificidades em fiscalização de contratos de dedicação exclusiva de mão de obra; conta vinculada e fato gerador; responsabilidade solidária e subsidiária; hipóteses de extinção do contrato; recebimento do objeto contratual; pagamento; nulidade e nulidade diferida; meios alternativos de resolução de controvérsias.
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR I</b>	Lei n. 12.846/2013; Lei n. 12.813/2013. O conceito e as finalidades das sanções administrativas. Tipologia de infrações na Lei n. 14.133/2021. Advertência. Multa. Impedimento. Declaração de inidoneidade. O modelo para definição da dosimetria das sanções. A conexão entre a sanção e a conduta. O rito do processo de apuração de responsabilidade: notificações, prazos, produção de provas, prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Reabilitação do licitante. Estudos de caso.
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR II</b>	Lei n. 12.846/2013; Lei n. 12.813/2013. O conceito e as finalidades das sanções administrativas. Tipologia de infrações na Lei n. 14.133/2021. Advertência. Multa. Impedimento. Declaração de inidoneidade. O modelo para definição da dosimetria das sanções. A conexão entre a sanção e a conduta. O rito do processo de apuração de responsabilidade: notificações, prazos, produção de provas, prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Reabilitação do licitante. Estudos de caso.
<b>O PAPEL DO CONTROLE NO PROCESSO DE CONTRATAÇÕES</b>	Controle ex ante, concomitante e ex post. Linhas de defesa. Assessoria jurídica e controle interno: divisão de competências e o vício de cogestão. Linhas de defesa na Nova Lei de Licitações. Competências do controle externo. As leis de tribunais de contas e sua relação com a Lei Geral de Licitações. O controle em face de impropriedades formais e em face de irregularidades que configurem dano à Administração. Representação junto a órgãos de controle. Tomada de contas especial.
<b>O PNCP</b>	O Portal Nacional de Contratações Públicas na Nova Lei de Licitações (art. 174 e 175). Informações e funcionalidades do PNCP. Publicação no PNCP enquanto condição de eficácia contratual – doutrina e jurisprudência. O Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas: composição e competências. Interligação com o PNCP. A problemática da relação do PNCP com portais públicos e privados. O publicador de contratos no Portal de Compras federal.



<p><b>CONTRATAÇÕES DE OBRA E DE TIC NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: NUANCES</b></p>	<p>Obras: o conceito de obras e de serviços de engenharia na Nova Lei de Licitações. Regimes de execução. Estudo técnico preliminar para obras. Especificidades do anteprojeto, projeto básico e projeto executivo. Sistema informatizado de acompanhamento de obras e o PNCP. O uso do BIM. Matriz de alocação de riscos. Licenciamento ambiental e desapropriação em obras. O uso da concorrência para obras. Planilhas com indicação de quantitativos e de custos unitários, BDI e encargos sociais. ART. SRP para obras. Medição. Obras paralisadas. Aditivos em obras. Step in right. TIC: macroprocessos de contratações de TIC previstos na Instrução Normativa SGD/ME n. 1/2019. Planejamento das contratações de serviços de TIC. ETP, TR e PB em contratações de TIC. Índices de custo e análises comparativas de custo. Alternativas de medição e jurisprudência aplicada. Gerenciamento de riscos integrada ao longo do processo. O impacto da Nova Lei de Licitações no processo de contratação de TIC.</p>
<p><b>CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE (ASSESSORIA JURÍDICA)</b></p>	<p>O controle prévio de legalidade na Nova Lei de Licitações. Elaboração de parecer jurídico e a responsabilidade do parecerista. A apreciação de todos os documentos da fase preparatória. Análise jurídica em licitações, contratações diretas, termos de cooperação, convênios e adesões a atas de registro de preços. O auxílio do fiscal de contrato e do agente de contratação por órgãos de assessoramento jurídico. A defesa das autoridades e dos servidores na atuação em conformidade com parecer jurídico.</p>
<p><b>NOVAS TECNOLOGIAS EM DIREITO ADMINISTRATIVO</b></p>	<p>O contexto atual tem ampliado substancialmente o mundo virtual, o que gerou o surgimento de novos termos e institutos. Nesta disciplina, serão estudados os seguintes temas: Direito Administrativo e Inteligência Artificial; regulação de novas tecnologias (Uber, PIX, WhatsApp, Twitter/X); sandbox regulatório; smart cities; uso de algoritmos na função administrativa; e-marketplace para contratações públicas; smart-contracts; blockchain e criptomoedas.</p>
<p><b>INTRODUÇÃO À FUNÇÃO DE PREGOEIRO</b></p>	<p>Fundamentos normativos do pregão (Lei n. 14.133/2021 e legislação correlata). Análise da legislação pertinente, das atribuições e responsabilidades do pregoeiro no âmbito dos processos licitatórios, com foco no pregão eletrônico e presencial. Abordagem prática das etapas do pregão, desde a convocação até a homologação, e a atuação do pregoeiro na condução dos trabalhos. Boas práticas e desafios da atuação do pregoeiro. Jurisprudência relevante sobre a atuação do pregoeiro.</p>
<p><b>RECURSOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO</b></p>	<p>Infrações e sanções administrativas. Impedimento de contratar e declaração de inidoneidade. Recursos administrativos: hipóteses de cabimento. Fase recursal única. Nulidades no procedimento licitatório.</p>

**IMPUGNAÇÕES JUDICIAIS E  
RESPONSABILIDADE CIVIL EM  
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

Introdução ao contencioso administrativo e judicial em licitações. Distinção entre controle administrativo e controle judicial. Panorama das principais ações judiciais envolvendo licitações. Ações constitucionais e infraconstitucionais para impugnação: mandado de segurança individual e coletivo: cabimento, requisitos e procedimento. Ação popular: legitimidade, objeto e efeitos. Ações ordinárias e cautelares no âmbito da Justiça Comum e Federal. Ação de rescisão contratual. Ação ordinária de reequilíbrio contratual. Pressupostos e requisitos das impugnações judiciais. Legitimidade ativa e passiva. Interesse de agir. Prova pré-constituída (no caso do mandado de segurança). Prazos decadenciais e prescricionais. Responsabilidade civil da Administração Pública em licitações: regimes de responsabilidade civil do Estado: subjetiva e objetiva. Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos. Danos indenizáveis: material, moral e emergente. Nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano. Excludentes de responsabilidade: caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima. matriz de riscos. AGENTE DE CONTRATAÇÃO. CONSÓRCIOS. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO e apuração de responsabilidade. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS. RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO. Responsabilidade por atos praticados durante o procedimento licitatório. Responsabilidade contratual pela inexecução ou má execução do contrato administrativo.

# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Licitações Públicas e Contratos é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de pós-graduação em Licitações Públicas e Contratos Administrativos é um curso *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Licitações Públicas e Contratos Administrativos é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

*Download* de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

*App* compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

*Player* de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!





Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](http://gran.com.br)

